

Bragança

Barragem do Sabor: a mais vantajosa

Segunda alternativa no Cõa alagava parque arqueológico

Helena Fidalgo
Depois de oito anos de estudos, o Governo português vai tomar uma decisão definitiva, ainda antes do Verão, acerca da construção da barragem do Baixo Sabor. O anúncio foi feito pelo secretário de Estado do Ambiente, José Eduardo Martins, durante uma deslocação às minas de Argozelo (Vimioso), no passado dia 24.

O Governo nomeou uma comissão de avaliação para analisar o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), que aponta como mais vantajosa a solução do Sabor perante outras alternativas.

O EIA encontra-se em consulta pública até ao início de Março e a comissão deverá apresentar as suas conclusões na "próxima Primavera", de acordo com o secretário de Estado.

"A consulta vai durar até ao início do mês de Março e eu diria que, antes do Verão, temos de ter uma decisão", disse o governante, acrescentado que essa decisão irá ser sustentada pela apreciação que está a ser feita por esta comissão.

Para o secretário de Estado, o Governo poderá decidir, então, com legitimidade a construção da barragem do Baixo Sabor, ou optar por uma outra alternativa.

Comparar as alternativas possíveis foi a finalidade do estudo agora em análise, concluído precisamente quatro anos depois da polémica em torno de um outro estudo para a construção da barragem do Baixo Sabor, que chegou a estar também em discussão pública.

Perante a contestação de várias associações ambientalistas, o Governo colocou de lado o

anterior EIA e mandou fazer uma nova avaliação ambiental, comparando os impactos negativos e as vantagens do Baixo Sabor e do Alto Cõa.

Tanto defensores como opositores da solução Sabor encontram argumentos neste novo estudo, mas as conclusões apontam como mais vantajosa a barragem do Sabor.

Segundo o estudo, comparado com o Sabor, o Cõa implica custos, tanto de investimento como de produção, superiores em quase o dobro.

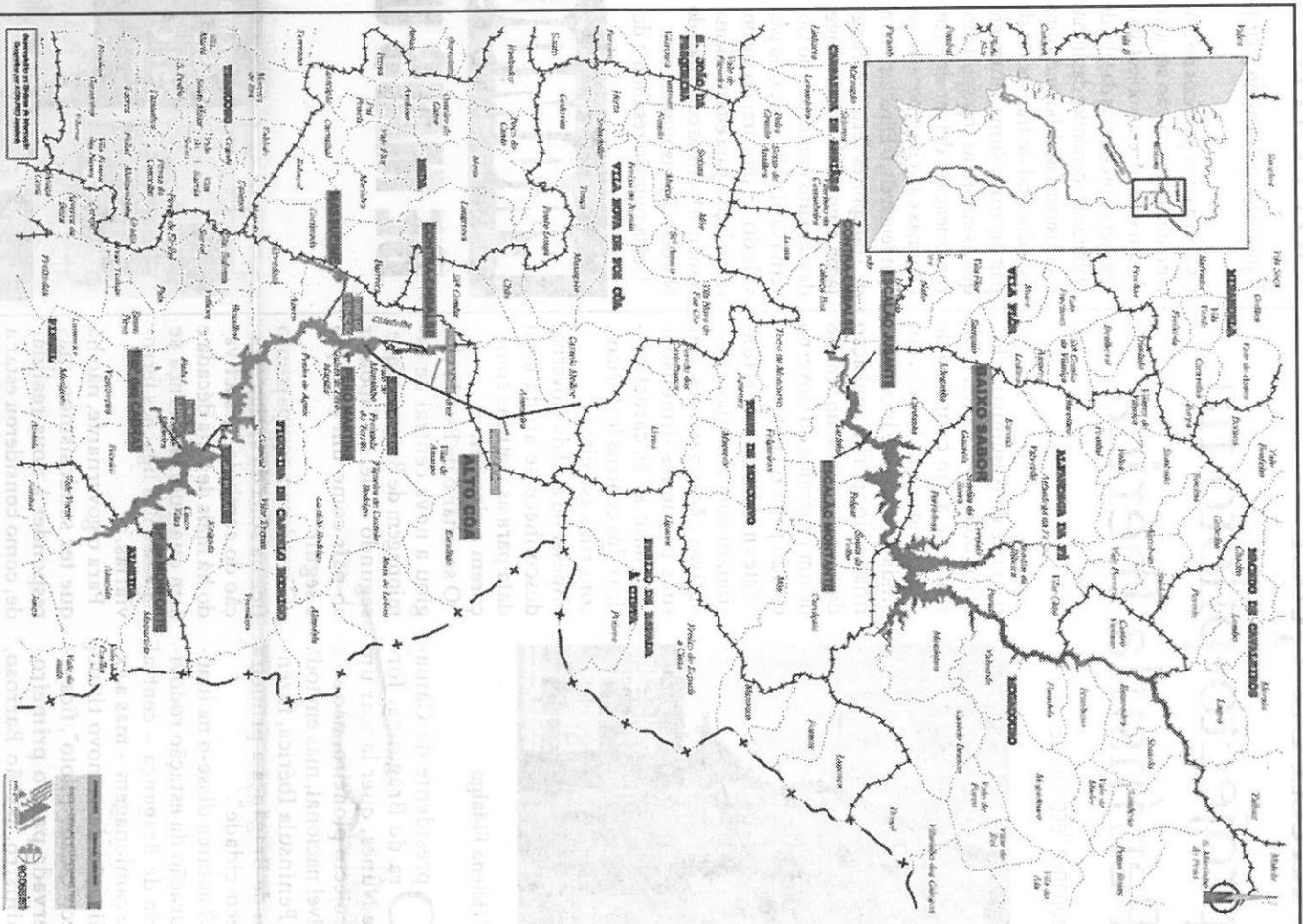
A estimativa é de que a construção da barragem do Sabor custe cerca de 250 milhões de euros e a do Cõa 450 milhões.

O Sabor é também apontado como a solução mais rápida, com entrada em funcionamento possível para 2009, enquanto que o Cõa demoraria mais cinco ou seis anos a estar operacional.

O estudo realça a importância destes prazos para Portugal poder cumprir algumas directivas e compromissos internacionais, referindo que "o aproveitamento do Baixo Sabor é o único que, devido ao ano de entrada em serviço, permite contribuir para o primeiro período de cumprimento do protocolo de Quioto e para a directiva de tectos nacionais de emissão".

"Pela mesma razão, o aproveitamento do Baixo Sabor será dos dois, o único que poderá contribuir para o objectivo nacional de produção de energias renováveis de 39 por cento em 2010", lê-se no documento, que pode ser consultado na Internet no endereço www.iamambiente.pt.

A solução Sabor apresenta também "significativas vantagens em relação ao Alto Cõa no controlo do caudal do rio Douro" e



Mapa de localização da barragem do Sabor, retirado do site do Instituto do Ambiente: www.iamambiente.pt

é considerada "mais eficaz na redução das cheias".

O Cõa implicaria ainda o dobro de barragens: concretamente, seriam necessárias quatro, enquanto que o Sabor implica apenas a construção de duas: a principal e uma segunda, chamada de contra-embalse.

O Sabor supera, no entanto, todos os impactos negativos do Cõa em matéria ambiental, segundo ainda o estudo, porque a localização da barragem afecta zonas de protecção especial e são apontadas medidas de minimização e monitorização, assim como para outros impactos em ambas as soluções.

Nenhuma medida poderia evitar, porém, a submersão de alguns hectares do Parque Arqueológico do Cõa pela albufeira do segundo, de acordo com o estudo.

A primeira barragem prevista para o Cõa foi suspensa, em

1996, devido ao aparecimento das gravuras rupestres, que motivaram a criação do referido parque.

Desde essa altura, o Sabor, já previsto no plano nacional de produção de energia eléctrica, assumiu-se como alternativa àquela que estava projectada para ser uma das maiores albufeiras do país, e que estará sempre presente nas toneladas de betão que ainda foram injectadas nas escarpas do Cõa.

Os estudos para a construção da barragem do Baixo Sabor começaram de imediato, mas esbarraram na contestação de várias associações ambientalistas, nomeadamente durante a discussão pública, em 2002.

Do outro lado estavam e continuam a Companhia Portuguesa de Produção Eléctrica, favorável ao empreendimento, e os doze autarcas do distrito de Bragança, que subscreveram um manifesto em defesa da construção da

barragem.

O Governo decidiu fazer um novo estudo comparativo, que está concluído, quatro anos depois, e que relança o confronto entre opositores e defensores da barragem (ver ao lado).



Secretário de Estado do Ambiente, José Eduardo Martins